

História Social ou “O Que a História Política Deixou de Fora”

Maria Manuela Silva

Abstract

This article intends to do a brief panorama of british Social History from the end of XIX th century to our days.

G. M. Trevelyan logo nas primeiras páginas de sua conhecida *English Social History* ensaia uma definição de História Social, que haveria em breve de tornar-se emblemática.¹ Entendia o autor que a História Social deveria preocupar-se com a reconstituição daqueles aspectos que diziam respeito à vida do povo e que a História Política havia deixado de fora, ou segundo sua própria expressão “history with politics left out”.

Configurava-se, assim, um novo campo de interesse para os historiadores, porém residual, de caráter impressionista que se contrapunha ao sólido arcabouço da História Política, reconhecidamente “científica” pelo seu rigor metodológico e sua objetividade. Conseqüentemente, a História Social nascia como um conhecimento de segunda categoria, minado tanto pela desconfiança em relação às fontes utilizadas, na sua grande maioria não oficiais, quanto pela incapacidade em reconstituir a realidade histórica dentro dos estritos limites do que erroneamente passava a ser entendido como o modelo rankeano expresso no “wie es eigentlich gewesen”.

Conseqüentemente, a partir desta perspectiva, a História Social tendia a abarcar, em primeiro lugar, uma história dos costumes, do lazer, de toda uma série de atividades sociais que se desenrolavam fora do campo estritamente dedicado à política, ao econômico, ou ao militar e institucional. Esta história residual apresentava sérios riscos, na medida em que os fenômenos sociais eram depurados de seus contextos sócio-econômicos, alheios, portanto, às pressões políticas e às injunções ideológicas.

Contudo, na Inglaterra, a História Social começara a impôr-se contra uma História Política, sob a influência da geração de historiadores socialistas como C.W.Cole, R.H.Tawney (cujos trabalhos refletem uma grande aproximação com a Sociologia), dos fabianos e marxistas da geração pré-45, como Beatriz e Sidney Webb, J.Hammond, H.Laski, G.Wallas e outros.

De uma maneira geral este grupo, apesar de suas diferenças político-ideológicas, compartilhava da idéia de que a História Social nada mais era do que uma mera subsidiária da História Econômica.² Assim, a temática preferida era a análise dos níveis de vida das populações ou grupos sociais específicos, o desenvolvimento dos meios de transporte, o fenômeno do cercamento dos campos (enclosures) e sua influência no surgimento de novos estamentos sociais, níveis de riqueza da "gentry", saúde pública ou a lei dos pobres.

Sob o ponto de vista teórico e metodológico, a História Social permanecia, portanto, estreitamente vinculada aos procedimentos da Economia, não havendo entre a História Social e a História Econômica nenhuma diferença de grau ou natureza que justificasse a existência de perspectivas específicas, aspecto que asseguraria a autonomia disciplinar. Expressão desta primeira fase pode ser encontrada na obra da historiadora Eileen Power sobre o povo da Idade Média na Inglaterra.³

Já num segundo momento esta abordagem reducionista começa a ser questionada, configurando-se, pouco a pouco, uma tendência visando a emancipação da História Social do imperialismo da Economia, ao mesmo tempo que se assiste a um deslocamento no campo temático. De agora em diante, o enfoque recai sobre questões sociais, tais como conflitos e tensões entre grupos e classes, movimentos de rebelião, choques de ideologias políticas, lutas religiosas, formação das classes trabalhadoras, constituição da família, etc..

Como assinala o historiador J.Tosh,⁴ não existia entre estes novos historiadores sociais um consenso quanto àquilo que deveria ou não, ser entendido como objeto próprio da História Social. Para uns ela deveria tão simplesmente tratar de problemáticas sociais tais como a pobreza, a miséria, a ignorância ou a insanidade, enfatizando-se as experiências vivenciadas pelos agentes históricos (o povo), em detrimento de uma compreensão mais ampla destes fenômenos no interior de uma dada sociedade. Um bom exemplo desta abordagem é o trabalho de Ivy Pinchbeck e Margareth Witt sobre as crianças na sociedade inglesa.

Para outros historiadores, o objeto da História Social seria a história do cotidiano, quer apreendido nos espaços do mundo do trabalho, quer no interior reservado da vida privada.

Finalmente, para o grupo de especialistas engajados no movimento operário, no Partido Comunista Inglês ou simplesmente simpatizantes do Marxismo, a História Social tinha um único objeto, bem determinado — o povo comum, as massas trabalhadoras, as classes subalternas — engajadas em suas lutas políticas e ideológicas contra a opressão das classes dominantes.

Esta nova tendência expressa uma clara opção pela História Sociológica, onde questões como poder, ideologia, religião, cultura, família, redes de solidariedade, cooptação e identidade social passam a ser temas fundamentais da pesquisa histórica, enfatizando “o diferente” e apontando para o “não-consensual”. Esta questão abrirá uma brecha no pensamento historiográfico tradicional da Inglaterra, para o qual a democracia implantada nos alvares da modernidade, era a autêntica expressão consensual da sociedade inglesa em torno da liberdade e dos direitos individuais do cidadão.

Porém, se assistimos à emancipação da História Social em relação à dominação da História Econômica, isto não equivale a afirmar que daqui em diante a análise dos temas sociais desprezem ou anulem os condicionamentos econômicos. O que efetivamente acontece é uma mudança de enfoque, privilegiando o social, que, contudo, permanecerá enraizado numa contextualização econômica.

De certa forma, poderíamos afirmar que a historiografia social na Inglaterra se vai alimentar de quatro grandes temas, considerados os verdadeiros sustentáculos da sociedade, tais como a religião, a aristocracia, a gentry e a monarquia.

Mas esta segunda geração que desabrochará plenamente nos idos de sessenta, é a expressão, por um lado, do repúdio à aridez da História Social de cunho econômico e, por outro, um alerta contra as deformações introduzidas por generalizações abstratas extremamente perigosas para a História, oriundas da Sociologia funcionalista até então dominante.

Consequentemente, a crítica dos historiadores de profissão recai fundamentalmente sobre duas questões: 1) a incapacidade desta vertente da Sociologia de apreender a ação dos agentes sociais nas suas intenções; 2) a ausência de instrumentos metodológicos capazes de perceber as alterações decorrentes das transformações históricas.

A evocação de uma face mais humana do passado, reconstruindo sua cultura material, suas vivências e práticas sociais, passa a ser a preocupação fundamental dos historiadores, deixando agora não só “de fora” a esquálida História Política tal como era praticada nas primeiras décadas de nosso século, mas também uma subserviência estrita à Economia.

Como bem observa R. Samuel,⁵ a História Social, neste exato momento, é a expressão das transformações culturais que atingem o mundo ocidental e que levam, não só a um novo esforço de diálogo com as demais Ciências Sociais (particularmente a Antropologia Social), como também a uma proliferação de temas que passam a valorizar a formação das classes subalternas, os movimentos contestatórios, as rebeliões de massa e as migrações de populações.

Contudo, uma ressalva deve ser feita. O aparecimento destes novos temas, voltados preferencialmente para o homem comum em detrimento das elites, esta "history from below" como ficaria conhecida, não se pode dizer que sejam descobertas exclusivas desta geração.

Efetivamente, esta abordagem estava presente na historiografia inglesa desde o século XIX. Precisamente nas duas últimas décadas, a análise da situação econômica e social das classes trabalhadoras na Grã-Bretanha, havia particularmente sensibilizado cientistas sociais e políticos para as iniquidades e injustiças decorrentes da modalidade *laissez-faire* do sistema capitalista vitoriano.

Surge então, uma série de pesquisas pontuais que vão contribuir para que se instale em certos segmentos da sociedade, principalmente entre os socialistas fabianos,⁶ a convicção que, a despeito do inegável progresso alcançado pela era vitoriana, ele, contudo, não havia criado uma sociedade igualitária mais justa, sequer irradiado os imensos bolsões de pobreza e de miséria.

Dentre as vozes que mais contribuíram para a crítica a este modelo econômico, destacam-se: a de Beatrice Potter (futura senhora Sidney Webb, célebre historiador socialista, membro da Sociedade Fabiana), que publica em 1886 um artigo no jornal *Pall Mall Gazette*, denunciando a situação dos trabalhadores desempregados do East End londrino; a de Charles Booth, autor da obra que obteve enorme sucesso intitulada *Vida e Trabalho da População em Londres*, cujo primeiro volume havia contado com a estreita colaboração de Mrs. Beatrice Potter; finalmente a reveladora e instigante pesquisa desenvolvida por Seebohm Rowntree *Pobreza: um estudo da vida urbana*.

Já no que se refere às primeiras décadas de nosso século, elas vão ser dominadas por historiadores simpatizantes do movimento operário que haviam sofrido na juventude uma profunda influência do pensamento marxista. Assim, não é de espantar que a maioria dos trabalhos elaborados ou simplesmente equacionados neste período, se volte para o estudo do movimento operário inglês, procurando reconstruir sua trajetória, identidade, cultura, promovendo o resgate de suas práticas e vivências sociais anteriores à organização política.

Talvez valha a pena lembrar, que entre os anos 30/40 a influência maior e mais duradoura dentro do movimento trabalhista, foi exercida pelo trabalho pioneiro do historiador socialista G.D.H. Cole intitulado *A short history of the British working-class movement. 1789-1947*.⁷ Este inesgotável filão viria a ser mais tarde explorado por um grupo de historiadores e ativistas do movimento feminista, que se uniram em torno do projeto conhecido por History Workshop, sediado nos anos setenta no Ruskin College de Oxford, cuja figura mais destacada é R. Samuel.

Este grupo propõe uma história fundamentalmente centrada no estudo do povo, de inspiração democrática e anti-elitizante. Em seu entender, os intelectuais e historiadores de profissão não deveriam continuar a escrever a história dos oprimidos, dos trabalhadores e excluídos tradicionalmente do discurso oficial da história. E isto porque concebiam o processo histórico a partir de uma perspectiva superior, intelectualizada, por vezes até preconceituosa, decorrente da própria formação acadêmica.

Conseqüentemente, a tarefa de reconstrução do passado daqueles segmentos sociais deveria, de ora em diante, ser confiada a novos quadros, recrutados fora dos muros das universidades e instituições de ensino e pesquisa, basicamente constituídos por leigos, cujas experiências de vida haviam sido forjadas no cotidiano das lutas sociais. Neste sentido, quem melhor e mais adequadamente poderia escrever e falar em nome dos desalijados da história oficial, seriam, sem espécie de dúvida, os próprios trabalhadores, a quem caberia reconstruir seu passado de lutas, restituindo-lhe o colorido e calor das experiências reais, vivenciadas através do confronto e da resistência aos opressores.

Em geral os trabalhos produzidos dentro desta orientação baseiam suas investigações no método hermenêutico-interpretativo, através do qual o historiador questiona internamente seu objeto, a fim de estabelecer com ele uma relação cognitiva de íntima e compartilhada compreensão.

Desta forma, não nos deve causar estranheza que esta modalidade de discurso de História Social ostente a marca do radicalismo democrático e da consciência política, algo radicalmente oposto à proposta defendida por Trevelyan, para quem a análise dos fenômenos relativos ao povo teria necessariamente de divorciar-se dos aspectos políticos.

Como bem observa D. Cannadine,⁸ configurava-se agora um discurso histórico, que passava a ter por detrás dele a presença constante da política, situação que poderia resumir-se na seguinte frase: uma história do povo, pelo povo e para o povo.

Esta abordagem de História Social foi alvo de críticas por parte de historiadores de renome, como E. Hobsbawm e o próprio D. Cannadine,

que apesar de terem posturas progressistas e politicamente engajadas, apontam vários pontos frágeis na proposta do grupo Workshop.

Dentre os problemas mais comuns, os críticos salientam o caráter vago e celebracionista que preside às narrativas, em que o impressionismo cede lugar à reflexão crítica e à explicação. De fato, boa parte das pesquisas desenvolvidas parece incorrer numa certa ingenuidade metodológica, ao fundar a autenticidade de seus testemunhos (obtidos basicamente por relatos de memórias), numa simples concordância que decorre antes da compreensão íntima e compartilhada com o objeto de trabalho do que da teoria ou de generalizações indutivas, fundadas em dados factuais.

Por outro lado, questionam até que ponto uma história reconstruída por leigos, não pertencentes aos quadros universitários, poderia contribuir para uma compreensão mais rigorosa e adequada dos acontecimentos, evitando-se os preconceitos e prejuízos que parecem estar arreigados nas posturas intelectualizadas da academia. Finalmente, apontam ainda dois outros pontos fracos na proposta: a fragilidade dos instrumentos metodológicos utilizados pelo grupo, que recorre fundamentalmente à história oral; o grau de representatividade das experiências peculiares de um determinado grupo, face à realidade mais global das práticas sociais da classe trabalhadora, entendida em seu conjunto.

A este respeito, E. Hobsbawm parece ter razão quando chama a atenção do grupo para a ausência de uma compreensão mais complexa do processo histórico, pedindo um maior rigor e cuidado com o manuseio das fontes orais, mais coragem em dilatar as fronteiras da pesquisa, pondo-a em constante contato com os movimentos mais amplos da sociedade.

Mas, voltando um pouco atrás, precisamente quando nos referíamos à segunda geração de historiadores sociais, escusado será dizer, que na medida em que ela vai pondo em prática um esforço de aproximação multidisciplinar, começa também a introduzir dentro do campo de investigação da História Social novas hipóteses, bem como novos procedimentos metodológicos, que já vinham sendo experimentados, com sucesso, nas outras Ciências Sociais.⁹

Neste particular, posturas cada vez mais críticas são assumidas pelos historiadores sociais, quer sob influência direta do Marxismo ou da Teoria Social Weberiana, situação que, aos poucos, vai minando uma certa tradição amadorística, empiricista e pragmática tão característica da cultura inglesa.

Expressão inequívoca deste novo diálogo e conseqüentemente de uma nova vitalidade na produção historiográfica, é sem dúvida, a famosa revista *Past and Present*,¹⁰ que embora de tendência marxista, se constitui

num espaço aberto à introdução de novas temáticas, bem como à discussão de teorias e métodos, não necessariamente postulados por adeptos ou simpatizantes do marxismo. Neste sentido, a revista estava aberta para um matizado leque de orientações políticas que iam do comunismo ao liberalismo progressista passando pelo socialismo, mantendo-se, contudo, fechada para posturas nitidamente conservadoras de direita.

Uma outra característica interessante desta segunda geração de historiadores, é sua peculiar representação do passado inglês, essencialmente dominada pela concepção "Whig", alimentada por um orgulho ufanista decorrente da grandeza do Império Britânico e da superioridade do Welfare-State. As raízes desta concepção mergulham num solo fértil de acontecimentos históricos fundadores, que vão da Guerra Civil, ao industrialismo do séc. XIX, passando pela Gloriosa Revolução, todos eles fatos configuradores da eclosão pioneira da sociedade e do Estado burguês modernos.

Os últimos anos da década de sessenta e os primeiros da seguinte, são, portanto, anos de profunda efervescência. No plano político o impacto causado pelos vários movimentos sociais contestatórios, sejam eles os movimentos pacifistas, as reivindicações estudantis, de classe, de gênero (o movimento internacional feminista), sejam ainda os de caráter étnico, sexual ou religioso, gera fortes pressões sobre a escrita da história. Estas não só impõem uma revisão temática que abre necessariamente novas frentes de pesquisa, como igualmente introduzem inovações no campo teórico e metodológico.¹¹

É na decorrência destas profundas transformações que se vai desenvolver uma nova e instigante pesquisa dedicada às mulheres (Gender History), que em breve se afirmará, de pleno direito, um sub-campo da História Social, onde a categoria "gênero" passa a ser trabalhada não simplesmente como uma questão de diferença biológica, mas preferencialmente como uma realidade social e culturalmente construída.¹²

Um outro testemunho inequívoco deste enriquecimento temático e conceitual pode encontrar-se nos trabalhos de H. J. Dyos,¹³ o maior incentivador dos estudos ligados à formação e transformação das cidades modernas, campo de pesquisa que passa a constituir-se numa sub-disciplina e tem como centro irradiador a Universidade de Leicester. Este núcleo de estudos urbanos contará a partir de 1963 com a revista *Urban History Newsletter*, um importante e decisivo órgão divulgador das pesquisas desenvolvidas pelo grupo, que anos mais tarde será convertida no periódico *Urban History Yearbook*.

Igualmente significativas são as obras de E. P. Thompson¹⁴ sobre a formação das classes trabalhadoras, as pesquisas seminares de G. Rudé¹⁵ e

outros, sobre a psicologia de massas durante os grandes momentos de subversão social, os estudos sobre a família, o casamento, a criança, a natureza e meio-ambiente, como os de L. Stone,¹⁶ P. Laslett,¹⁷ Alan Macfarlane¹⁸ e K. Thomas,¹⁹ testemunhos irrefutáveis desta conjuntura particularmente rica para a História Social.

Haveria ainda que considerar uma outra tendência postulada por historiadores sociais como H. Trevor-Roper e G. R. Elton (autores profundamente influenciados pelos trabalhos desenvolvidos em Filosofia da Linguagem nos Centros de Oxford e Cambridge que se opunham à postura dominante dos positivistas lógicos), para os quais a linguagem desempenha um papel determinante na compreensão dos fenômenos individuais do passado, na medida em que aponta para o caráter ou *mentalidade* de uma dada época.

Interessante notar que as pesquisas desenvolvidas nesta nova fase da História Social operam um deslocamento cronológico em relação ao período histórico anteriormente abordado. Como já tivemos oportunidade de analisar, a anterior predominância dos estudos sobre a sociedade inglesa eram localizados preferencialmente nos primeiros séculos da época moderna (séculos XV-XVII). Neste momento, eles são substituídos pela *Era Vitoriana*, fenômeno que melhor parece expressar o passado áureo do capitalismo e da industrialização triunfantes.

A questão da industrialização e conseqüentemente da modernização da sociedade, bem como o espírito igualitário, sempre foram temas pelos quais a historiografia social inglesa demonstrou preferência. Neles assentavam os verdadeiros pilares sobre os quais se construía lentamente a tradição de uma sociedade moldada pelas práticas democráticas e pelos direitos individuais, conquistas tão caras aos olhos dos ingleses.

Contudo, como muito bem observa R. Samuel,²⁰ a questão não é simples, sequer isenta de forte conotação ideológica, na medida em que tanto pode ser abordada desde um ponto de vista progressista quanto de um conservador.

De fato, a exaltação do passado Vitoriano pode revelar um sentimento de nostalgia das antigas formas de produção capitalista, totalmente destruídas pelo gigantismo econômico e o consumismo selvagem do período pós-guerras. Mas pode também ser o eco da decepção e do desalento face a um mundo já perdido (neste aspecto o título do livro de P. Laslett é emblemático — *The world we have lost*), outrora habitado por humildes e virtuosos camponeses, artesões e operários esforçados, unidos por laços fraternos de solidariedade, verdadeiros exemplos de dignidade humana, a despeito das humilhações e sofrimentos.

Mas a "teoria da modernização" pode ainda ser uma forma de projetar no passado a modernidade, procurando nele captar aquelas antecipações que só mais tardiamente viriam a desenvolver-se plenamente, antecipações essas que nada mais fazem do que comprovar a crença na evolução da razão e da humanidade. Ora esta concepção tanto pode ser sustentada por um historiador de orientação liberal-progressista como K. Thomas, quanto por um marxista da envergadura de E. P. Thompson.

De certa forma, as ambivalências que acabamos de apontar partilham da valorização de um passado já perdido, ao mesmo tempo que sinalizam em relação a ele uma visão conservadora da realidade social, onde são exaltadas antes as sobrevivências do que as mudanças. Daí um renovado interesse pelas questões do folclore, das culturas e comunidades já desaparecidas, engolidas pelo inexorável progresso.

Nestes últimos tempos, principalmente a partir da década de oitenta, o prestígio da História Social na Inglaterra tem vindo a ser seriamente abalado. Alguns de seus mais acirrados críticos, chegam a identificá-la a um mero repositório de narrativas impressionistas que exaltam as experiências em detrimento da análise racional. Outros, sequer conseguem dissociá-la do projeto historiográfico socialista, centrado fundamentalmente no núcleo de historiadores da revista *Past & Present*.

A este respeito R. Samuel pondera que a História Social não conseguiu permanecer imune às tentações empiricistas, chegando mesmo em alguns casos, a ceder ante um realismo ingênuo, ainda que nem sempre consciente. Porém, parece não haver dúvidas de que um bom número de trabalhos perde-se num labirinto de detalhes, de pormenores preciosistas, na tentativa de compor um quadro o mais completo possível, que parecerá tanto mais autêntico quanto mais "colorida" e completa for a descrição.

Por outro lado, a empatia com que certos historiadores se debruçam sobre as práticas e experiências sociais do passado, ressuscitando um velho postulado diltheyniano, pode tão simplesmente operar uma ingênua projeção de nossos valores atuais num mundo radicalmente estrangeiro e "outro", incapaz de ser apreendido através de esquemas que nos são familiares.

Há ainda que levar em conta que a tradição de uma História Social "residual", cuja matriz foi Trevelyan, provocou nestes últimos 20/30 anos uma atomização de campos de especialização, que acabariam por converter-se em disciplinas distintas e autônomas, nada mais tendo a ver com o campo original onde outrora lançaram raízes, muito menos com a antiga preocupação de contextualizar os fenômenos sociais.

Face a tantas objeções, algumas pertinentes, nossa confiança no futuro da História Social parece abalar-se. Será que a História Social está

em nossos dias votada a um definitivo silêncio, enterrada sob os escombros da narrativa, como há já alguns anos insinuava L.Stone ?²¹ Ou, pelo contrário, terá ela ainda chances de resistir ao assédio devorador dos modismos ?

Num conjunto de artigos editados por Juliet Gardiner²² com o título sugestivo "*What is history today*", surgido nos finais da década de oitenta, em que vários historiadores tentam refletir sobre os objetos, novas abordagens, limites e futuro do conhecimento histórico, a História Social merece um capítulo especial.

Interessante registrar que ao final da leitura dos vários artigos que compõem a obra, fica claro para o leitor a existência de duas tendências bem demarcadas, a despeito das diversas clivagens teórico-metodológicas que separam os autores.

A primeira tendência que congrega tanto historiadores influenciados pelos princípios básicos da teoria marxista (se bem que reformulados pelo debate crítico), quanto pela teoria social weberiana,²³ elege como ponto de honra uma preocupação fundamental — a de entender a dinâmica da sociedade, visualizando-a como uma *totalidade* social. Na Inglaterra esta vertente é comumente denominada de "*Societal History*".

A segunda tendência que congrega historiadores defensores de uma abordagem etnológica procura compreender as experiências do passado, em sua radical estranheza, entendidas como vivências específicas, individuais, portanto, impossíveis de serem generalizadas, muito menos de serem manipuladas por um conceito tão vago quanto extenso de "*sociedade como um todo*".

Esta perspectiva tenta valorizar os "grupos individuais", as "culturas materiais específicas", em que os grandes acontecimentos político-institucionais, bem como as estruturas econômicas são desprezadas ou pelo menos tidas como fenômenos marginais, face à importância dada aos mecanismos psicológicos e aos códigos de representação social.

Apesar das fraquezas conceituais²⁴ que têm sido apontadas à primeira vertente, principalmente a partir dos idos de 80 (momento em que assiste-se à convergência de novas formulações oriundas da Antropologia Cultural, na esteira dos trabalhos de C.Geertz, da "Virada Linguística" e do New Historicism), ela continua a dar sinais de resistência, não cedendo à tentação de fazer do objeto da História Social um amontoado de temas e de perspectivas, costurados por ténues fios ecléticos. Esta também parece ser a opinião de K. Hopkins,²⁵ para o qual a História Social deve recusar ser uma espécie de "guarda-chuva" debaixo do qual se abrigam todos os tipos de experiências e práticas sociais.

Se é correto dizer que a História Social atravessa uma crise, crise essa em grande parte decorrente do extraordinário crescimento que alcançou nos idos de sessenta e setenta, bem como dos novos desafios que teve de enfrentar, principalmente nos idos de oitenta, ela, porém, continua a constituir um campo aberto a novas experiências e a instigantes e frutíferas reflexões.

Como afirma David Cannadine, a História Social está pagando o preço de seu rápido e voraz crescimento, pois se por um lado, ele possibilitou um inequívoco alargamento do campo de trabalho do historiador, com a utilização de novas fontes, novos conceitos e inovadoras metodologias, por outro, contribuiu para a dispersão de seu objeto, convivendo, hoje, lado a lado vários ramos de História Social, muitas vezes irreconhecíveis entre si.²⁶

Mas será que somos obrigados a inferir desta desmesurada dispersão de objetos e abordagens da História Social sua morte anunciada, como se parece depreender das palavras pessimistas de D.Cannadine ? Ou, pelo contrário, será ainda possível creditar um voto de confiança em suas capacidades de resistência e reformulação?

Contrapondo-se à visão pessimista de D.Cannadine, e abrindo uma perspectiva mais otimista em relação à questão, P. Burke²⁷ em recente obra, alerta-nos para alguns indícios de que uma “nova” História Social encontra-se em gestação, pelo menos a partir dos anos oitenta.

Ela surge, sem dúvida, na seqüência de um amplo e enriquecedor debate entre cientistas sociais, filósofos, linguistas, semiólogos e críticos literários, que a despeito das diferenças, sejam elas devidas a peculiares formações acadêmicas ou a especificidades decorrentes das várias tradições historiográficas, compartilham de um conjunto de idéias, postas em discussão, quer por críticos e filósofos pós-estruturalistas, quer pelo movimento de “desconstrutivismo”, enunciado na França por M.Foucault e plenamente desenvolvido por J.Derrida, na esteira de uma tradição oriunda de Nietzsche e Freud.

A despeito das enormes dificuldades que certas posturas mais radicais têm levantado ao conhecimento histórico (como aquelas que chegam anular a possibilidade de existência de qualquer contexto *exterior, fundacional*, posto que ele nada mais é do que um *texto*, uma simples forma lingüística que não tem um referente específico na realidade), o problema da linguagem tem-se mostrado um novo e promissor campo aberto à reflexão do historiador social.

Dentre as questões mais discutidas encontra-se a nova noção de “*texto*”, entendido enquanto um lugar de produção de sentido, que não se dá a

ler imediatamente, mas tão somente através de uma cuidadosa operação de desconstrução, a fim de se apreender os significados múltiplos de que ele é portador (polifonia/polissemia), bem como os usos e apropriações que dele se fazem em vários contextos sociais.

Paralelamente, enfatizam-se as relações interativas da linguagem com o contexto social/histórico (texto/contexto), que passam a ser valorizadas pelas novas abordagens, principalmente a partir de uma re-leitura das obras pioneiras de M. Bakhtin que trazem para a discussão acadêmica conceitos como dialogismo e intertextualidade.

Em conseqüência deste novo posicionamento face à linguagem e sua decodificação, começam a eliminar-se as velhas posições binárias, tais como indivíduo/sociedade, homem/mulher popular/erudito, base/superestrutura, esta última já amplamente questionada pelos historiadores ingleses congregados em torno da revista *Past & Present*.

Paralelamente assiste-se, principalmente entre a geração de historiadores mais jovens, ao alargamento do conceito de linguagem, que não se esgotando nas formas escriturárias, procura decodificar os sentidos inscritos em outros códigos de comunicação social, tais como sinais, gestos, símbolos e imagens.

Neste sentido, a “nova” História Social (segundo a denominação de P. Burke), parece ser em grande medida, pelo menos no que diz respeito à atual historiografia inglesa, identificável a uma História Social da Linguagem, que tende a privilegiar temas que são fundamentalmente abordados a partir de três vertentes — linguagem e política, linguagem e cultura, linguagem e sociedade.

Talvez o antídoto à atomização e perda de identidade apontada por D. Cannadine, esteja na exploração sistemática do filão linguagem/poder, uma espécie de barragem capaz de inibir toda e qualquer possibilidade de estarmos de volta ao ponto de partida, exatamente àquele primeiro momento inaugurador, quando Trevelyan definia a História Social, *como a história do povo com as questões políticas deixadas de lado*.

Notas

¹ Taylor, A. J.P. *Essays in English History*. London: Penguin Books, 1991.

² Esta situação é, sem dúvida, a expressão do grande prestígio alcançado pela London School of Economics, que desde sua fundação em 1895 exercia uma enorme influência sobre os historiadores sociais. Há que lembrar também que a Economia é a primeira especialização a ganhar reconhecimento acadêmico na Inglaterra, pelo menos desde 1914.

³ Conforme Samuel, R. "What is Social History today?" in: Gardiner, Juliet. *What is History today?* London: Macmillan, 1992: 42-48.

⁴ Tosh, J. *The pursuit of History*. Aims, methods & new directions in the study of *Modern History*. London: Longman, 2nd. ed., 1991.

⁵ Samuel, R. "What is Social History today?" in: Gardiner, J. Opus cit., p.47.

⁶ Sociedade fundada em abril de 1884, que contava com a presença de eminentes historiadores como Beatrice Potter, Sidney Webb, Sydney Olivier, W. Morris, Graham Wallas e o escritor e teatrólogo G. Bernard Shaw. O movimento fabiano caracterizava-se, em termos políticos, por um ideário socialista, sendo que na prática era alimentado por uma visão reformista e filantrópica do mundo. Acreditavam ser possível uma gradual transformação do sistema capitalista *laissez-faire* vitoriano em novas formas (o controle coletivo das forças produtivas), que propiciassem uma sociedade mais justa e igualitária, assegurando a todos os seus membros o acesso a um nível de vida decente e compatível com a dignidade humana. Maiores informações vide Pimlott, Ben. *Fabian Essays in Socialist Thought*. London: Rutherford/Fairleigh Dickinson University Press, 1984.

⁷ Samuel, R. "British Marxist Historians" in: *New Left Review*, n. 20 (march/april 1980).

⁸ Segundo David Cannadine, em 1960 existiam nas universidades inglesas 1.300 professores em tempo integral, atingindo em 1970 o montante de 1.700. O grande desenvolvimento da historiografia inglesa deve-se, portanto, não só a uma significativa expansão quantitativa, mas também a uma transformação qualitativa. Cannadine, D. "Viewpoint: British History. Past, present — and future?" in: *Past and Present*, n. 116 (august 1987):169-191.

⁹ Kaye, J. *The British Historians*. Cambridge: Polity Press, 1986.

¹⁰ Revista surgida em 1952 e que dá continuidade ao Bulletin of Marxist Historical Studies ideado por de J. Morris nos inícios dos anos cinquenta.

¹¹ Iggers, G. *New directions on European historiography*. Middletown / Connecticut: Wesleyan University Press, 2nd. ed., 1984.

¹² Interessante notar, que apesar de uma boa parte dos estudos sobre a condição da mulher européia ter sido elaborada por historiadores de língua inglesa, só no início da década de noventa é que as Universidades na Inglaterra incorporam em seus currículos disciplinas e seminários especiais relativos à Gender History. Sobre a questão vide a obra de Wiesner, Merry E. *Women and gender in Early Europe*. London: Cambridge University Press, 1993.

¹³ Dyos, H.J. *Exploring the urban past*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

¹⁴ Thompson, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio: Paz e Terra, 3 vol., 1987; *Senhores & Caçadores*. Rio: Paz e Terra, 1987; *A miséria da teoria ou um*

planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio: Zahar, 1981; *Tradición, Revuelta e Consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

¹⁵ Rudé, G. *Ideology and popular protest*. London: Lawrence and Wishart Ltd., 1980; *The crowd in the French Revolution*. London: 1959.

¹⁶ L.Stone. *The causes of the English Revolution*. London: Longman, 1977; *The family, sex and marriage in England. 1500-1800*. London: Penguin Books, 1977.

¹⁷ Laslett, P. *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Cosmos, 1975. Sob sua direta orientação, o Cambridge Group For History of Population and Social Structure, desenvolve, desde meados de nosso século, um conjunto de pesquisas que têm por objeto o estudo das estruturas sociais inglesas, com especial ênfase nos aspectos demográficos.

¹⁸ Macfarlane, A. *Família, propriedade e transição social*. (A origem do individualismo inglês) Rio: Zahar, 1989.

¹⁹ Thomas, K. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988; *Religião e declínio da magia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

²⁰ Samuel, R. "What is Social..." Opus Cit., p.47.

²¹ Stone, L. "The revival of the narrative" in: *Past and Present*, n. 85 (november 1979).

²² Gardiner, Juliet (ed). *What is the History today?* London: Macmillan, 1992.

²³ Referimo-nos neste momento a historiadores influenciados pela crítica desencadeada tanto contra o Estruturalismo, principalmente de feição althusseriana, quanto contra o Marxismo mecanicista, tão em voga nos idos de 50/60. Sobre este assunto, vide a obra de E.P.Thompson. *Miséria da teoria ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio: Zahar, 1981.

²⁴ Cannadine, D. "What is Social History today?" in Gardiner, J. Opus Cit., p.54 a 56.

²⁵ Hopkins, K. "What is Social History today? in Gardiner, J. Idem, p. 53 e 54.

²⁶ Cannadine, D. Opus Cit., p.55 e 56.

²⁷ Burke, P. e Porter, Roy. *Linguagem, Individuo e Sociedade*. São Paulo: UNESP, 1993.